

## AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA: A PROVA BRASIL COMO FERRAMENTA DE FOMENTO A POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NA REGIÃO NORDESTE

Diana de Souza Carvalho<sup>1,2</sup>; Iris Carla de Souza Dias; Sumaia Almeida Ramos<sup>2,3</sup>; Severino Cirino de Lima Neto<sup>4,5</sup>

Professora da rede estadual de ensino da Paraíba, lotada na Gerência Regional de Ensino 01<sup>(1)</sup>, membro do Núcleo de Pesquisa e Ensino em Matemática (NUPEMAT/UNIVASF)<sup>(2)</sup>, dianasous@gmail.com; Professora da rede estadual de Pernambuco, lotada na Gerência Regional de Ensino Sertão do Médio São Francisco<sup>(3)</sup>, membro do Núcleo de Pesquisa e Ensino em Matemática (NUPEMAT/UNIVASF), sumaiaramos.math@gmail.com

Docente permanente do Programa de Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional PROFMAT/UNIVASF, docente do Colegiado de Engenharia Mecânica da Universidade Federal do Vale do São Francisco<sup>(4)</sup> e Coordenador do Núcleo de Pesquisa e Ensino em Matemática (NUPEMAT/UNIVASF)<sup>(5)</sup>, cirino.univasf@gmail.com

**Resumo:** No início da década de 1990, estudos sobre a educação nacional apontou a necessidade de políticas públicas que fomentassem o melhor desempenho do país. Para tanto, foram criadas algumas avaliações de aferição da qualidade do ensino ofertado, que, até hoje, apontam as necessidades de mudanças. O modo em que a educação básica se projeta nos dias atuais estimulou a elaboração desse estudo, com o objetivo de entender as particularidades das políticas avaliativas e os seus desdobramentos nas redes de ensino. Para tanto, foi realizado um estudo fundamentado a partir de documentos públicos relacionados à avaliação educacional em larga escala, parâmetros, matrizes de referências e autores bibliográficos, para fazer um mapeamento dessas políticas e de sua viabilidade.

**Palavras-chave:** Política Pública, Avaliação Externa, Instituição Escolar, Prova Brasil.

### INTRODUÇÃO

A implementação do sistema de avaliação educacional no Brasil trouxe várias iniciativas que deram um formato eficiente e de grande peso em todas as modalidades e níveis do ensino, estabelecendo uma efetiva política de avaliação educacional (BRASIL, 2018). Reconhecida como uma das políticas mais ampla e eficaz, a avaliação educacional em larga escala envolve variados programas, dentre eles Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB (ANRESC, ANEB e ANA); IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Essas avaliações são propostas pelo Ministério da Educação (MEC) e coordenadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Os métodos avaliativos, dentro do sistema educacional, são estruturados em dois tipos: avaliação interna, que é desempenhada pelo corpo docente e equipe pedagógica, e a avaliação externa, que avalia a escola em larga escala, com uma estrutura sistemática, executada por gestores externos à escola. Desde a sua implementação, as avaliações em larga escala foram efetivadas pela necessidade de inspecionar o trabalho realizado nas redes de ensino e fornecer dados para seus administradores na elaboração de políticas educacionais com informações precisas sobre as aprendizagens dos educandos (CASTRO,2009).

Quanto às avaliações internacionais, o Programa internacional de avaliação de alunos (PISA) é um programa avaliativo internacional aplicado de forma padronizada, criado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), constituído por 35 países participantes e 35 países parceiros. Este exame é direcionado a alunos na faixa etária de 15 anos, matriculados no 8º ano e estudantes do ensino médio, com aplicação de provas focadas na leitura, matemática e ciências, avaliando além do conhecimento curricular, a percepção desses estudantes diante das suas competências e habilidades. Este exame foi aplicado pela primeira vez em 2000, desde então é realizado a cada três anos, fora os países membros do OCDE. O programa permite a participação de alguns países convidados, como é o caso do Brasil, que é o único país que participa do programa desde a primeira aplicação, tendo iniciado os trabalhos com esse programa em 1998.

**Tabela 1. Resultado do Brasil no PISA nos anos 2009 a 2015.**

	2009	2012	2015
<b>Dados</b>			
<b>Alunos Participantes</b>	20.127	19.204	<b>23.141</b>
<b>Leitura</b>	412	407	<b>407</b>
<b>Matemática</b>	386	389	<b>377</b>
<b>Ciências</b>	405	402	<b>401</b>

Fonte: INEP/MEC com adaptações

Na década de 1990, o MEC criou o sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), tendo sido reestruturada em 2005 à Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB), que diagnostica uma amostra de escolas públicas e particulares, e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC), denominada Prova Brasil, que atende as escolas públicas e particulares do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio, que permite gerar resultados por escolas. Foi criada a Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), que tem caráter censitário, aplicada anualmente em escolas públicas. Todas essas formas avaliativas citadas se

vinculam ao IDEB, que é usado como parâmetro para avaliar e auxiliar na melhoria do sistema educacional.

Elaborado pelo Instituto Nacional de Pesquisa Educacional Anísio Teixeira (INEP) em 2007, o IDEB unifica seu índice em dois princípios relevantes para avaliar a qualidade do ensino no país: fluxo e o resultado da Prova Brasil. A multiplicação entre eles representa o desempenho da escola. O índice utilizado pelo IDEB é de zero a dez, para demonstrar um melhor desempenho é necessário que o índice esteja mais próximo da nota máxima (dez). A meta do Brasil é conseguir alcançar a média de 6.0 até 2021, nível esse conquistado pelos países membro da OCDE.

**Tabela 7. Resultado IDEB 2015 - Região Nordeste Anos Iniciais do Ensino fundamental.**

ESTADOS	REDE				
	Pública	Municipal	Estadual	Federal	Particular
AL	4,3	-	4,1	-	6,3
BA	4,4	-	4,3	-	6,3
CE	5,7	-	5,8	-	6,3
MA	4,4	-	4,3	-	6,1
PB	4,5	-	4,4	-	6,5
PE	4,6	-	4,7	-	6,2
PI	4,6	-	4,6	-	6,6
RN	4,4	-	4,5	-	6,3
SE	4,1	-	4,3	-	6,2

Fonte: INEP/MEC com adaptações

**Tabela 8. Resultado IDEB 2015 - Região Nordeste Anos Finais do Ensino Fundamental**

ESTADOS	REDE				
	Pública	Municipal	Estadual	Federal	Particular
AL	3,2	-	3,1	-	5,4
BA	3,4	-	3,2	-	5,7
CE	4,5	-	4,2	-	5,8
MA	3,7	-	3,8	-	5,5
PB	3,5	-	3,3	-	5,7
PE	3,8	-	4,1	-	5,6
PI	3,9	-	3,8	-	6,0
RN	3,4	-	3,2	-	5,6
SE	3,1	-	2,9	-	5,4

Fonte: INEP/MEC com adaptações

**Tabela 9. Resultado IDEB 2015 - Região Nordeste Ensino Médio**

ESTADOS	REDE				
	Pública	Municipal	Estadual	Federal	Particular
AL	-	-	2,8	-	4,7
BA	-	-	2,9	-	5,2
CE	-	-	3,4	-	5,5
MA	-	-	3,1	-	4,7
PB	-	-	3,1	-	4,9
PE	-	-	3,9	-	4,9
PI	-	-	3,2	-	5,1
RN	-	-	2,8	-	4,9
SE	-	-	2,6	-	4,9

Fonte: INEP/MEC com adaptações

Os tópicos impostos nesses exames têm como referências as matrizes estabelecidas pelo INEP, que através de uma vasta pesquisa nacional sobre os currículos estaduais, materiais didáticos utilizados pelos professores e conteúdos lecionados nas instituições escolares do Brasil do segmento fundamental e médio, se constituem as capacidades e habilidades que os estudantes conhecem e são aptos de realizar ao término dos ciclos e series avaliados.

## 1.2 Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) é um exame realizado anualmente por estudantes que estão finalizando ou já concluíram o ensino médio. A prova é feita de forma facultativa pelo estudante e foi efetivada pelo MEC a partir de 1998, como o objetivo de propiciar um parâmetro autoavaliativo para os estudantes por meio de suas habilidades e competências. Porém, com o passar dos anos esse exame teve muitas mudanças, e o que antes era visto com apenas um exame com caráter avaliativo para estudantes que concluíram o ensino médio, em 2009 passou a ser visto como a principal porta de entrada para as universidades públicas e privadas.

A nota do ENEM passou a ser utilizado como critério de seleção para ingresso nas instituições públicas de ensino superior e nas faculdades particulares, por intermédio de bolsas de estudos e financiamento estudantil. Ademais, muitas faculdades já usam o resultado do ENEM como critério para que os estudantes ingressem em seus cursos, como observado na tabela 2.

**Tabela 2. Resultado do Enem 2017 - Escolas em Petrolina-PE.**

Dependência	Ciências
-------------	----------

Administrativa Escolar	Ciências da Redação	Humanas Natureza	Linguagens e Códigos	Matemática	Geral	Média
<b>Pública</b>	490,80	460,93	481,98	475,85	486,35	<b>479,18</b>
<b>Particular</b>	557,00	541,44	534,78	567,89	658,33	<b>571,89</b>

Fonte: INEP/MEC com adaptações

O Ministério da Educação implantou programas através desse exame, são eles: PROUNI - Programa Universidade para Todos, o SISU – Sistema de Seleção Unificada, e o FIES – Fundo de Financiamento Estudantil.

### 1.3 Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB)

ANEB é uma forma de avaliar alunos de redes privadas e instituições escolares rurais e urbanas, são estudantes do ensino fundamental das series de 5º e 9º anos e estudantes do 3º ano do ensino médio, das redes de ensino privado. Sua aplicação é realizada a cada dois anos. O sistema avaliativo desta prova é por amostragem, onde alunos e instituições escolares são selecionados. Por meio desse procedimento as instituições de ensino que não seguem os parâmetros e, portanto, não participam da ANRESC (Prova Brasil) são contempladas. A ANEB, entretanto, focaliza seu processo nos gestores dos sistemas educacionais e não em práticas específicas, de maneira que os resultados são expostos em sua totalidade. Sendo assim, por ser um processo avaliativo feito através de estatísticas, e apenas parte dos estudantes participam, não é um exame viável para determinar os resultados de ensino.

É importante salientar para os coordenadores que os resultados obtidos através da ANEB não contêm caráter eliminatório e natureza classificatória para os alunos. Para que essa escola esteja preparada para realizar esse exame é preciso que todos os envolvidos busquem uma educação de qualidade e significativa para que isso se reflita na avaliação.

### 1.4 Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA)

Após sofrer com os baixos índices apontados pela avaliação nacional de alfabetização (ANA), o MEC decretou que o exame passasse a ter uma base nacional comum curricular (BNCC), sendo assim, o INEP a organiza tomando como base as matrizes de referências do SAEB, da qual a Prova Brasil já faz parte. Segundo a Presidente Maria Inês Fini, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP)

Avaliar não é apenas medir. Avaliar é medir e atribuir um juízo de valor para essa medida. E esse juízo de valor poderá ser atribuído com mais transparência a partir da aprovação da nova BNCC. Ela definirá melhor o que é o processo de alfabetização e em que ano escolar ela deverá ocorrer. ( FINI, 2017)

O processo avaliativo da ANA permite que o aluno seja avaliado no início do seu aprendizado do padrão ortográfico e no desempenho gradativo da escrita. O recurso utilizado para esse método avaliativo é aplicado em três perguntas abertas como: desenvolvimento de um pequeno texto e escrita de duas diferentes sílabas. Deste modo, fazendo com que o aluno produza um conteúdo textual conforme o solicitado permite uma avaliação mais significativa desde processo.

A ANA é exame avaliativo desenvolvido dentro do Sistema de Avaliação Básica (SAEB). Esse tipo de exame tem o intuito de avaliar o grau de alfabetização em português e matemática nas escolas públicas. Estudantes do terceiro ano do ensino fundamental, que estejam matriculados em instituições de ensino público, realizam esta prova. Alguns resultados da Região Nordeste estão dispostos na tabela 3.

**Tabela 3. Avaliação Nacional da Alfabetização – 2016**

Estados	Municípios	Turmas	Alunos
AL	102	2.009	53.179
BA	417	8.521	201.065
CE	184	4.477	109.367
MA	217	4.237	104.958
PB	222	2.048	47.416
PE	185	4.555	118.554
PI	223	2.045	48.494
RN	167	1.506	35.804
SE	75	1.279	31.218
<b>(continuação)</b>			
Estados	Municípios	Turmas	Alunos
<b>Total</b>	<b>1.792</b>	<b>30.677</b>	<b>750.055</b>
<i>A terceira edição da ANA (2016) foi aplicada em 1.792 municípios do Nordeste.</i>			

Fonte: INEP/MEC com adaptações

## 1.5 Provinha Brasil

A criação da Provinha Brasil teve como propósito, para o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do MEC, propiciar métodos que colaborem para a igualdade e a qualificação da educação. A Provinha Brasil se distingui por uma avaliação que analisa o grau de alfabetização dos estudantes inseridos no segundo ano do ensino fundamental em redes públicas.

Esse exame é realizado em duas fases, sendo a primeira fase no início do ano e a segunda etapa ao final do ano letivo. Desta forma, possibilita aos gestores e corpo docente uma análise mais específica, o que ajuda a perceber se as competências em leitura foram melhoradas e/ou adquiridas de forma significativa ao longo do período letivo. Segundo Ministério da Educação (MEC), mesmo que o exame não seja utilizado para integrar aos índices nacionais de desenvolvimento da educação (IDEB), fornece resultados particulares dos indivíduos envolvidos. Sendo assim, a matriz curricular de parâmetro avaliativo da alfabetização e do letramento auxilia as instituições escolares de ensino, para o desenvolvimento e organização da escola, como observado na tabela 4.

**Tabela 4. Adesão Provinha Brasil 2016 | Quadro Geral Final dos Estados do Nordeste.**

UF	REALIZOU A ADESÃO	ENDEREÇO
Alagoas	Sim	Único
Bahia	Sim	Órgão Regional
Ceará	Sim	Órgão Regional
Maranhão	Sim	Único
Paraíba	Sim	Órgão Regional
Pernambuco	Sim	Órgão Regional
Piauí	Não	Não
Rio Grande do Norte	Sim	Órgão Regional
Sergipe	Sim	Órgão Regional

Fonte: INEP/MEC com adaptações

## 2 Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC) – Prova Brasil

A Prova Brasil é realizada a cada dois anos e tem como objetivo aferir os conhecimentos dos estudantes em Matemática, focando a resolução de problemas; e Português, priorizando a leitura, tendo como público-alvo estudantes de 5º e 9º ano do ensino fundamental, e 3º ano do ensino médio. Para que este exame seja aplicado, a escola necessita de uma quantidade

mínima de 10 alunos segundo, os novos critérios do MEC. Esta prova é aplicada em todas as instituições públicas, rural e urbanas com a quantidade mínima exigida de estudantes matriculados.

A Prova Brasil é instrumento avaliativo em larga escala, feito por meio de um exame padronizado e com questões socioeconômicas, que proporciona conhecimento sobre elementos que podem estar relacionados ao desenvolvimento da aprendizagem. De acordo com o SAEB, a aferição da qualidade da educação nacional acontece por meio da coleta de dados nos sistemas de ensino e escolas brasileiras, contribuindo para a reformulação, formulação e acompanhamento das políticas educacionais.

**Tabela 5. Escolas avaliadas pelo SAEB de acordo a recente mudança.**

<b>Escolas<sup>1</sup></b>	<b>Localização</b>	<b>Séries avaliadas</b>
Públicas	Zona urbana e rural	5º ao 9º ano do Ensino Fundamental
<b>(continuação)</b>		
<b>Escolas<sup>1</sup></b>	<b>Localização</b>	<b>Séries avaliadas</b>
Públicas	Zona urbana e rural	3ª ou 4ª série do Ensino Médio <sup>2</sup> 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental e 3ª ou 4ª série do Ensino Médio
Privadas	Zona urbana e rural	Fundamental e 3ª ou 4ª série do Ensino Médio
Privadas	Zona urbana e rural	3ª ou 4ª série do Ensino Médio <sup>2</sup> <b>(continuação)</b>

<sup>1</sup> que tenham pelo menos dez alunos matriculados em cada uma das etapas. <sup>2</sup> quando essa última for a série de conclusão do Ensino Médio.

**Fonte:** BRASIL, 2018.

A Prova Brasil segue parâmetros estabelecido pelo SAEB, nas propostas curriculares do INEP e Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). O MEC analisa os materiais e, a partir dos pontos que se assemelham, é elaborada uma matriz de referência para a construção das questões dos exames. Apesar do exame ser elaborado por meio de propostas curriculares de estados, e conteúdos ministrados por professores em salas de aula, ele não abrange todo o currículo escolar e, portanto, as capacidades e habilidades que necessitam ser analisadas.

A importância desse exame para a educação é indiscutível, uma vez que através das informações adquiridas pela Prova Brasil o Inep consegue estabelecer procedimentos direcionados ao aperfeiçoamento de uma educação de qualidade, e, conseqüentemente, a diminuição das desigualdades existentes, além da possibilidade de elaboração de políticas públicas que favoreçam a educação. Diferente da avaliação ANEB, que tem um modelo de avaliação amostral, a Prova Brasil é mais específica, ou seja, tem um modelo censitário, onde



através dessa avaliação é possível verificar o desempenho de cada instituição de ensino, sejam elas escolas públicas urbanas ou rurais do país, com exceção das escolas particulares que coleta informações amostrais, já que a participação acontece em caráter facultativo.

As instituições participantes do exame censitário do SAEB que cumprirem os critérios definidos terão seus dados calculados pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). O índice, publicado a cada dois anos, é formulado a partir dos resultados do SAEB associado aos dados do Censo Escolar. “O Saeb substitui o Enem por Escola; nós ampliamos e ajustamos as avaliações com pequenos acertos e destinações mais adequadas”, destacou a presidente do Inep, Maria Inês Fini.

**Tabela 6. Participação de escolas e estudantes**

<b>Escolas com resultados divulgados</b>		
<b>ANO 2015</b>		<b>Estudantes participantes</b>
<b>5º ano do Ensino Fundamental</b>	38.155	2.071.581
<b>9º ano do Ensino Fundamental</b>	29.620	1.842.034
<b>3ª série do Ensino Médio</b>	0	72.575
<b>TOTAL</b>	<b>57.744</b>	<b>3.986.190</b>

Fonte: INEP/MEC

As avaliações em larga escala têm pontos favoráveis às instituições escolares e aos seus gestores. Com esses exames avaliativos o sistema educacional tem índices de desempenho que fornecem informações que podem ser usadas como termômetro para avaliar cada instituição, permitindo a essas instituições mais um meio avaliativo para medir as habilidades e competências dos estudantes. Nesse contexto, as Diretrizes Curriculares afirmam:

O grande desafio deste parecer consiste na incorporação das grandes mudanças em curso na sociedade contemporânea, nas políticas educacionais brasileiras e em constituir um documento que sugira procedimentos que permitam a revisão do trabalho das escolas e dos sistemas de ensino, no sentido de garantir o direito à educação, o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes, com a melhoria da qualidade da educação para todos. (DCN, 2013)

Por meio dessa avaliação censitária é possível constituir objetivos mais fundamentais e especificar parâmetros a partir de uma realidade mais abrangente, podendo gerar resultados comparativos dependendo do local onde a avaliação externa se referencia, como observado nas tabelas 7, 8 e 9. É importante frisar que esses exames em larga escala não se estabelecem somente pela avaliação, mas sim pelas medidas resultantes a qual elas acontecem, pois através desse exame é possível analisar o quanto se alcançou em uma determinada escala, e por meio

da avaliação que é possível verificar se os resultados dessas medidas foram alcançados, levando em consideração a realidade, as condições e as características de cada instituição de ensino.

## CONCLUSÕES

As avaliações externas têm o objetivo de avaliar o desempenho das escolas da educação básica e, com os resultados, propor estratégias para melhorar o desempenho daquelas instituições com menores desempenhos. Com o mapeamento da educação básica do país, os governos federais, estaduais e municipais podem implementar políticas públicas que fomentem a melhoria da educação para todas as etapas da educação básica.

## REFERENCIAS

ALMEIDA, Camila, S.; CARVALHO, Jefferson, R.; MENEGHEL, Júlia, B. **Uma análise sobre a estagnação da aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental no Brasil.** Ensaios Pedagógicos (Sorocaba), vol.1, n.2, mai./ago. 2017, p.49-58.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997

BRASIL. **Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 31 de dez.1996.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **PDE:** Plano de Desenvolvimento da Educação: SAEB .Ensino Fundamental: matrizes de referência, tópicos e descritores. Brasília: MEC, SEB, Inep, 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **PDE:** Plano de Desenvolvimento da Educação: ENEM .Ensino Médio: matrizes de referência, tópicos e descritores. Brasília: MEC, SEB, Inep, 2008.

\_\_\_\_\_. Inep Ministério da Educação. **PISA.** Disponível em:< [http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset\\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/o-que-e-opisa/21206](http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/o-que-e-opisa/21206)>. Acesso em: 23 maio 2018.

\_\_\_\_\_. Inep Ministério da Educação. **Ideb.** Disponível em:< <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>>. Acesso em: 30 maio 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Avaliações Da Aprendizagem.** Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/localizacao/190-secretarias-112877938/setec-1749372213/18843-avaliacoes-da-aprendizagem>>. Acesso em: 23 maio 2018.

\_\_\_\_\_. Educa Mais Brasil. **Enem.** Disponível em:< <https://www.Educamaisbrasil.com.br/enem>>. Acesso em: 24 maio 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular** - BNCC. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>> Acesso em: 30 maio 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão de Educação e Cultura. **Grupo de trabalho alfabetização infantil: os novos caminhos – relatório final**. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2007.

CASTRO, Maria. **Sistemas de avaliação da educação no Brasil: Avanços e novos desafios**. São Paulo Perspec., São Paulo, v. 23, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2009

PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens, entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SILVA, LOPES & CASTRO. **Avaliação da educação no Brasil: A centralidade dos testes em larga escala**. HOLOS, Ano 32, Vol. 7, 2016.

VASCONCELLOS, C. **Avaliação: concepção dialética – libertadora do processo de avaliação escolar**. São Paulo: Libertad, 2006.